

COMISSÃO NACIONAL DE BIODIVERSIDADE - CONABIO

Ata da 17ª Reunião Extraordinária

| | |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Data: 29 de Setembro de 2014 | Local: Anexo do Ministério do Meio Ambiente Sala CT-01, 1º andar, SEP 505, lote 2, bloco B, Ed. Marie Prendi Cruz |
|-------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Duração:
10:00 hs -18h00 hs

Estiveram presentes os seguintes **membros da Comissão:** o Sr. **Roberto Brandão Cavalcanti** (Presidente), o Sr. **Carlos Alberto de Matos Scaramuzza** (Titular), o Sr. **Lídio Coradin** (Suplente), representantes do Ministério do Meio Ambiente – MMA; a Sra. **Claudia Maria Correia de Mello** (titular), representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; o Sr. **Marcio Antônio Teixeira Mazzaro** (Suplente) representante do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA; o Sr. **Carlos Eduardo Martins Proença** (titular) e o Sr. **Ivan Furtado** (suplente), representantes do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; a Sra. **Raquel de Oliveira Alves** (Suplente), representante do Ministério do Planejamento – MPOG; a Sra. **Maria Cristina Braga** (suplente) representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; o Sr. **Carlos Eduardo Portela Sturm** (suplente), representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; o Sr. **Thiago Medeiros da Cunha Cavalcanti** (suplente), representante do Ministério das Relações Exteriores - MRE; o Sr. **Nelson Ananias Filho** (titular), representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; a Sra. **Elisa Romano Dezolt** (suplente), representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI; o Sr. **Elizário Noé Boeira Toledo** (suplente) representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG; o Sr. **Francisco Iglesias** (suplente), representante da FBOMS (Movimentos Sociais); o Sr. **José Alberto de Lima Ribeiro** (titular), representante do Movimento Nacional dos Pescadores – MONAPE. Também estiveram presentes nesta reunião como **convidados:** O Sr. **Paulo Garcia** representante do Ministério da Defesa - MD, a Sra. **Andressa Jordão** representante do MAPA; a Sra. **Lauren Couto** representando o Patri Políticas Públicas; o Sr. **Roberto Galucci** e a Sra. **Iona'i Ossami de Moura** representantes do Ministério do Meio Ambiente; a Sra. **Andreina D' Ayala Valva** e Sra. **Agnes de Lemos Velloso**, consultoras do Departamento da Conservação da Biodiversidade/SBF/MMA; a Sra. Comandante **Marise Silva Carneiro**, o Sr. **Comandante Carlos Leite** e o Sr. **Comandante Pastalunga** representantes da Secretaria da Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM); a Sra. **Claudia Rezende** representante da CPRM; a Sra. **Comandante Teresa Cristina Cavalcanti Soares** da Divisão de Assuntos Marítimos e Ambientais do Estado Maior da Armada – Marinha. **Membros da Secretaria Executiva da CONABIO:** a Sra. **Juliana Carvalho Frota Mattos**.

Pauta aprovada:

1. Abertura

2. Aprovação da pauta

2.1 – 5º relatório para a CDB – Convenção da Diversidade Biológica

3. Informes

4. Encerramento

5 **1. Abertura da Reunião, 2. Aprovação da pauta**

6

7 Ao 29º dia do mês de Setembro de 2014, no anexo do Ministério do Meio Ambiente, localizado na SEP
8 505, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, Sala CT-01, Brasília– DF realizou-se a 17ª reunião extraordinária
9 da CONABIO. O Sr. **Roberto Brandão Cavalcanti**, presidente em exercício, saudou os participantes e
10 propôs que se iniciasse a discussão sobre a aprovação da pauta da reunião. Segundo o Secretário, o foco do
11 5º Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB é adicionar informações factuais
12 a respeito da atuação no Brasil para subsidiar a delegação brasileira que vai estar presente na reunião da
13 CDB, com várias representações do Governo Federal e da Sociedade Civil. O grande desafio da CDB assim
14 com a agenda de clima é trazer o setor empresarial para a agenda, sendo necessário uma rearticulação entre
15 países na matriz empresarial dos mesmos. Informou que a Marinha do Brasil e o Itamaraty junto com o
16 MCTI abriram uma série de iniciativas, e que as negociações internacionais na área do patrimônio genético
17 estão avançando razoavelmente. A Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM) estava presente
18 para apresentar comentários sobre o 5º relatório. O Sr. **Márcio Antônio Teixeira Mazzaro** questionou a
19 importância do relatório para o Brasil na reunião da Convenção da Diversidade Biológica, e perguntou qual o
20 seu contexto. O Sr. **Roberto Brandão Cavalcanti** respondeu que o relatório trata da posição política do
21 Brasil que é conduzida pelo Itamaraty. As resoluções e as propostas são posições de Governo que são
22 construídas nos diálogos que o Itamaraty fez ao longo das últimas semanas, porém nada será alterado apenas
23 complementado com informações factuais relevantes, apresentando os interesses do Brasil e as sugestões,
24 como da Marinha que agrega responsabilidades específicas. O Sr. **Márcio Antônio Mazzaro** relatou sua
25 preocupação com relação à agricultura que no relatório fica sendo a causadora de perda da biodiversidade, e
26 sua tentativa é minimizar esses pontos factuais sobre o assunto, dados que não foram atualizados desde 2005
27 demonstrando ainda uma visão não benéfica para agricultura, principalmente para o mercado mundial,
28 podendo prejudicar o comércio bilateral. Citou como exemplo a produção de café no Brasil que é colocado

29 como o causador da diminuição da biodiversidade, enquanto na Colômbia o poder público não cita a mesma
30 situação. Portanto, a solicitação feita ao MMA é que diante do contexto, não exponha o Brasil em um
31 documento oficial sobre as fragilidades do país, pois pode refletir até mesmo nas barreiras não tarifárias e
32 nas *commodities* nacionais. O Sr. **Roberto Brandão Cavalcanti** afirmou que o relatório tem formato fixo, as
33 informações como as barreiras não tarifárias não são discutidas no escopo da CDB. O relatório de fato deve
34 ser atualizado mediante as discussões. As barreiras no comércio agrícola são amplamente discutidas em
35 Fóruns próprios onde o Brasil tem negociadores de qualidade. Alguns assuntos não devem ser tratados no
36 âmbito da CDB. O Sr. **Paulo Garcia (MD)** ressalta o inconformismo do Ministério da Defesa (MD) que
37 pleiteia uma posição na Comissão e nunca a consegue. Desde a reunião da Rio mais 20, em 2012, quando um
38 dos principais assuntos tratados foi sobre os Oceanos, houve a necessidade de um lugar na CONABIO. A
39 inserção do MD é importante para os assuntos de planejamento espacial marinho junto à Marinha. O Sr.
40 **Roberto Brandão Cavalcanti** afirmou que a proposta enviada sobre a nova composição da Conabio
41 encontra-se em trâmite. O Sr. **Márcio Antônio Mazzaro** indagou sobre um pedido da Embrapa de fazer
42 parte da comissão e que seria essencial para a contribuição técnica para os debates e soluções da Conabio. O
43 Sr. **Carlos Alberto Scaramuzza** esclareceu que a própria CONABIO havia votado a nova configuração de
44 seus representantes e que dessa forma foi encaminhada a demanda de ampliação da CONBIO à Casa Civil. A
45 nova composição proposta deveria ser resgatada para conhecimento dos novos membros da CONABIO.

46 47 **2.1 – 5º relatório para a CDB – Convenção da Diversidade Biológica**

48
49 O Sr. **Carlos Alberto Scaramuzza** iniciou explicando que a versão traduzida do relatório foi enviada,
50 incluindo as contribuições da Marinha e as sugestões do Ministério do Planejamento. O Sr. **Ivan Furtado**
51 sugeriu uma modificação na (pág. 29) onde se lê: “No Dia Internacional da Biodiversidade de 2014, (22 de
52 maio), o Governo Federal assinou dois atos normativos interministeriais para reduzir o impacto das
53 atividades de pesca em tubarões e aves marinhas” alterar o texto para “No Dia Internacional da
54 Biodiversidade de 2014, (22 de maio), o Governo Federal *anunciou* dois atos normativos interministeriais
55 para reduzir o impacto das atividades de pesca em tubarões e aves marinhas.” A Sr. **Maria Cristina Braga**
56 sugeriu a inserção de programas de capacitação no MCTI os quais serão enviados posteriormente por email.
57 A Sra. Comandante **Marise Silva Carneiro (Marinha)** sugeriu pontos de modificação para os itens 1.2 e 1.4
58 onde foi situada a CIRM dentro do contexto da governança da Política Nacional e depois informou os dois
59 comitês executivos, o Revimar, e também o Biomar dentro do Plano Setorial. Foi inserido também o
60 Conselho de Defesa Nacional que é fundamental para se utilizar critérios para as áreas Marinhas protegidas
61 no item 1.4.2. Sugeriu também a inserção no rodapé do parágrafo o art. 91 da Constituição Federal. O Sr.
62 **Márcio Antônio Mazzaro** sugeriu a retirada da palavra *branda* do texto: “regulamentações **brandas** para a
63 aprovação de produtos tóxicos para usos agrícolas, e da Lei nº 12.873, de 24 de Outubro de 2013...” na Parte
64 III, item 3.1, página 157. O Sr. **Carlos Alberto Scaramuzza** concordou com a retirada da palavra *branda*. O
65 Sr. **Francisco Iglesias** questionou a importância de se saber a área de floresta original dos manguezais que
66 deve ser inserido na página 28 do item **1.2.1.4 Recursos aquáticos continentais, costeiros e marinhos**.
67 Destacou também a importância da água, dos recursos hídricos e a escassez de informações a esse respeito.
68 Sugeriu para o item 1.2.1.4, quando se trata do programa ReefCheck, traduzir para o português e incluir
69 *corais e recifes* (página 28). Ressaltou também a importância de se ter o número original da área de recifes e
70 corais.

71 *(Intervalo para o almoço)*

72 O Sr. **Carlos Alberto Scaramuzza** iniciou a sessão da tarde com os destaques feitos pelo Ministério da
73 Agricultura. O Sr. **Márcio Antônio Mazzaro** (pág. 72) destacou a parte sobre espécies exóticas, e que no
74 texto em inglês é mencionado como *Alien species*. Explicou que na área de agricultura, e nas reuniões da
75 Convenção, não se usa a palavra *Alien*, mas sim *Introduced Exotic Indigenous or Non-Native Species*, e por
76 esse motivo é sugerido na versão em português usar : *espécies nativas ou introduzidas, ou exóticas, ou*
77 *espécies não nativas*. Informou também que a Sra. **Comandante Marise** solicitou via email modificar o

78 texto que informa de forma errada que a Secretaria de Biodiversidade e Florestas é a autoridade competente
79 sobre o Ramsar (página 100). O Sr. **Carlos Alberto Scaramuzza** comentou que Ramsar é a Área Úmida
80 Terrestre, e que será verificado a informação. O Sr. **Márcio Antônio Mazzaro** colocou apresentou o
81 questionamento da Embrapa se as informação usada para as diferenças entre Estados eram originadas do ICB
82 (Índice de Conservação da Biodiversidade). Solicitou também a exclusão da palavra *Embrapa* da frase como
83 também do rodapé da página 17 pois várias universidades e centros de pesquisa da Embrapa realizaram esses
84 estudos. A Sra. **Agnes de Lemos Veloso** entrevistou colocando que a Embrapa pediu apenas para acrescentar
85 nomes, não retirar. O Sr. **Carlos Alberto Scaramuzza** decidiu colocar os nomes das universidades e centros
86 de pesquisas como exemplo o da Embrapa. O Sr. **Márcio Antônio Mazzaro** informou que a Embrapa
87 Florestas sugere que se coloque o nome na versão em inglês da Araucária, *Brazilian pine*, em todas as
88 referências do texto e se for necessário, acrescentar a importância do gênero e manejo da dispersão de pinos.
89 O Sr. **Carlos Alberto Scaramuzza** aceitou a correção e solicitou que acrescentasse a referência. O Sr.
90 **Márcio Antônio Mazzaro** solicitou que altera a palavra *preservação* para *conservação* no item 1.2.3.4.
91 (página 60). A Embrapa também solicitou a alteração do texto em inglês que se refere a “iniciativa de
92 inventário” (pág. 62). Na página 70 a Embrapa questiona com relação ao Código Florestal, a relevância de
93 citar um *artigo* científico e que seria importante analisar a metodologia adotada. São dados com relação à
94 implementação do Novo Código Florestal, isso tudo é uma análise apenas de um documento feito por um
95 consultor. O Sr. **Carlos Alberto Scaramuzza** respondeu que o artigo é um trabalho financiado pelo
96 ministério, e foi desenvolvido um termo de referência para o mesmo. Solicitou que se inserisse informações
97 adicionais sobre a metodologia, deixando claro que se trata de uma modelagem. O Sr. **Márcio Antônio**
98 **Mazzaro** comentou sobre a frase: “Além da conversão, outros impactos, como a fragmentação e degradação
99 de habitats naturais resultantes de mudanças no uso da terra, contaminação do solo e da água devido ao uso
100 extensivo de agrotóxicos, a desertificação e a erosão do solo, representam uma séria ameaça para a
101 importante conservação da biodiversidade e dos ecossistemas” (página 71). Informou que todas as vezes que
102 se menciona o uso de *agrotóxicos* como nocivo, ou seja, o uso ilegal do agrotóxico, se torna uma
103 preocupação para o MAPA, Ibama, Ministério da Saúde e Anvisa, pois se fosse feito o controle de acordo
104 com as normas, talvez o uso não seria tão impactante. Solicitou também a correção do *Plano de Agricultura*
105 *de Baixa Emissão de Carbono*, e não Plano de Baixo Carbono, como está no texto. Também solicitou que
106 retirasse no item **1.4.1 Legislação Revista** (página 83) a palavra *revista* do Código Florestal. O Sr. **Carlos**
107 **Eduardo Portela** questionou sobre o termo de perdão de dívida ecológica dos pequenos produtores, porém o
108 mesmo não aconteceu. O Sr. **Márcio Antônio Mazzaro** complementou a fala colocando que não houve um
109 perdão e sim uma compensação correta. Solicitou a retirada do texto: “(áreas reservadas para os recursos
110 naturais, corpos d’água e proteção de encostas íngremes), por meio da modificação da definição desses
111 instrumentos de proteção e **perdão** de uma parcela considerável da “dívida ecológica” de pequenas
112 propriedades rurais (que compreendem cerca de 90% de todas as propriedades rurais) (pág. 70). O Sr.
113 **Márcio Antônio Mazzaro** solicitou a revisão do texto na página 83 onde se lê: “Também foram
114 estabelecidas regras específicas para APPs desmatadas pré-2008, juntamente corpos d’água naturais
115 (nascentes, cursos d’água, veredas e lagos naturais e lagoas), segundo as quais o dono da terra deve restaurar
116 a largura mínima de faixa de terra que varia de acordo com o tamanho da propriedade”, também deve ser de
117 acordo com o tamanho do rio e a largura do curso d’água. Solicitou que fossem incluídos os esforços de
118 florestas plantadas, citação da Embrapa Florestas; com relação à Comissão Coordenadora do Zoneamento
119 Ecológico Econômico (CCZEE), o texto cita que o Ministério do Meio Ambiente que está preparando, porém
120 é a Comissão CZEE que está preparando, o Ministério do Meio Ambiente é apenas o órgão que coordena. O
121 Sr. **Carlos Alberto Scaramuzza** solicitou que fosse verificado se existe algum texto explicando a CCZEE. O
122 Sr. **Márcio Antonio Mazzaro** solicitou que na página 118 fosse citado que o Ministério da Agricultura,
123 Pecuária e Abastecimento participou e organizou a 10ª Semana de Alimentos Orgânicos e que fosse também
124 destacado o papel do MAPA no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, PLANAPO. O Sr.
125 **Márcio Antônio Mazzaro**, a Sra. **Elisa Romano Dezolt** e a Sra. **Raquel de Oliveira Alves** concordaram

126 com a supressão do parágrafo “Em uma análise mais ampla, Davidson *et al.* (2012)¹ discutem como a
127 expansão agrícola e a variabilidade climática se tornaram importantes agentes de perturbação na bacia
128 amazônica, levando de um certo nível de transição para um regime dominado por perturbações climáticas.
129 Os autores demonstram como o desmatamento e as queimadas alteram características da floresta, do clima e
130 da vazão do rio, afetando diretamente as atividades e as economias humanas, que por sua vez agravam os
131 fatores anteriores em um conjunto complexo de interações entre o clima global e local, uso da terra, fogo,
132 hidrologia, ecologia e dimensões humanas (Figura 42).” (pág. 124). Após se discutir o trecho, o **Sr. Carlos**
133 **Alberto Scaramuzza** concordou em modificar a palavra *perturbação* para a palavra *modificação*. O Sr.
134 **Márcio Antônio Mazzaro** solicita a supressão do parágrafo: “Investimentos governamentais em usinas
135 hidrelétricas, estradas e outras infraestruturas atuam como fortes incentivos à expansão da agricultura, pesca
136 e mineração, contribuindo, assim, para as forças que reduzem a biodiversidade² e impactam as comunidades
137 locais. Por exemplo, apesar da geração de energia renovável, as mudanças ambientais radicais causadas por
138 projetos hidrelétricos de grande porte interferem fortemente com regimes hidrológicos e com o equilíbrio do
139 ecossistema, e também afeta os modos de vida das comunidades locais, muitas vezes dependentes da
140 agricultura de pequena escala e de atividades de extrativismo, caça e pesca.” O **Sr. Carlos Alberto**
141 **Scaramuzza** acordou em retirar do parágrafo a frase *investimentos governamentais* e manter o restante do
142 parágrafo. O Sr. **Márcio Antônio Mazzaro** solicitou a correção do texto onde cita que “Em 2013, a
143 Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO, cumprindo com suas obrigações legais e com o
144 compromisso internacional com o CBD, **estabeleceu** as Metas Nacionais de Biodiversidade (...)”, modificar
145 a palavra *estabeleceu* para *aprovou* ou *encaminhou* as Metas Nacionais (pág. 129). O Sr. **Márcio Antônio**
146 **Mazzaro** solicitou que fosse citada a Nota Técnica 82 (DACRSI – Departamento de Assuntos Comerciais da
147 Secretaria de Relações Internacionais) no item 1.3.1 (pág. 69) para explicar o aumento de 70% na produção
148 agrícola pecuária. Solicitou também que na página 74 onde consta a descrição dos impactos da política
149 agrícola, é preciso esclarecer que a maior parte do crédito agrícola é utilizado para compra de insumos, o
150 que eleva produtividade e poupa o uso de terra. O fato de haver, conforme afirmado, que a intensidade média
151 da pecuária ser baixa, não é devido à política agrícola, pelo contrário, o crédito usado em insumos necessita
152 de aumento de produtividade para haver retorno. O **Sr. Thiago Medeiros da Cunha Cavalcanti** comentou
153 sobre o parágrafo de *Uso de agrotóxicos* e que no mesmo teria a palavra *desertificação*. Pelo fato de
154 participarem da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, a desertificação decorre dentro
155 de níveis de evapotranspiração muito precisos e definidos, apenas ocorrendo em áreas semiáridas, áridas e
156 sub-úmidas secas, portanto solicitou a verificação do uso da palavra *desertificação* dentro do relatório.
157 Encerrados os comentários, o **Sr. Carlos Alberto Scaramuzza** propôs que fosse discutida a Meta 8 das
158 Metas Nacionais de Biodiversidade. Explicou que a Meta 8 foi originalmente classificada na avaliação
159 qualitativa, extremamente subjetiva, inicialmente com a cor vermelha, conforme o documento que foi
160 enviado. A Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do MMA trouxeram dados
161 adicionais, especialmente sobre controle de emissões de veículos. Nesse sentido, a proposta sugerida foi de
162 alterar a cor da seta de vermelho para amarelo, pois sugere que as mudanças estão caminhando em direção à
163 meta, porém, não na velocidade que se deseja. Propôs que houvesse uma votação para alteração da cor da
164 seta. O **Sr. Francisco Iglesias** (FBOMS) e o **Sr. Carlos Eduardo Proença** (MDA) votaram a favor de se
165 manter a seta na cor vermelha. O **Sr. Márcio Mazzaro** (MAPA), Sra. **Maria Cristina Braga** (MCTI), **Sr.**
166 **Lídio Coradin** (MMA), **Sr. Thiago Medeiros** (MRE), Sra. **Raquel Oliveira** (MPOG), **Sr. Nelson Ananias**
167 (CNA), Sra. **Claudia Maria Corrêa de Melo** (Ibama), **Sr. Carlos Sturm** (MDA) votaram a favor da
168 alteração a cor da seta para amarelo. A Sra. **Elisa Romano** (CNI), **Sr. Elizário Toledo** (Contag) e o **Sr. José**
169 **Alberto Ribeiro** (Monape) se abstiveram. Portanto, foram 08 votos a favor do amarelo, 03 abstenções, e 2
170 votos a favor da manutenção do vermelho. O **Sr. Carlos Alberto Scaramuzza** colocou em votação a
171 aprovação do 5º Relatório da CDB. O Sr. **Carlos Sturm** (MDA), Sra. **Elisa, Romano** (CNI), Sra. **Claudia**
172 **Maria Corrêa de Melo** (Ibama), Sr. **Nelson Ananias Filho** (CNA), Sra. **Raquel de Oliveira** (MPOG), Sr.

¹Davidson, Eric A. et al., 2012. The Amazon basin in transition. Nature, Jan 19, 2012, Vol. 481(7381), p.321.

173 **Lídio Coradin** (MMA), **Sra. Maria Cristina Braga** (MCTI), **Sr. Márcio Mazzaro** (MAPA), **Sr. José**
174 **Roberto Ribeiro** (Monape), **Sr. Carlos Eduardo Proença** (MPA), **Sr. Thiago Medeiros** (MRE), votaram a
175 favor da aprovação do 5º Relatório da CDB, totalizando 11 votos. Votos contrários à aprovação: **Sr.**
176 **Francisco Iglesias** (FBOMS). Abstencões: **Sr. Elizário Toledo** (Contag). O **Sr. Elizário Toledo** explicou
177 sua abstenção pelo fato de não participar de todas as discussões, e não ter tido tempo suficiente para ler o
178 documento. O **Sr. Francisco Iglesias** colocou que as avaliações foram realizadas posteriormente utilizando o
179 sistema de setas, e que não refletem a maioria do texto, principalmente o item 3 da parte 3 do relatório, por
180 este motivo o seu voto foi contrário a aprovação do 5º Relatório.

181 **3. Informes**

182 O **Sr. Carlos Alberto Scaramuzza** informou que é possível que haja outra Reunião Extraordinária no ano e
183 que a pauta seria sobre a aprovação da lista de espécies ameaçadas. A Ministra deseja atualizar a lista, sendo
184 necessária a reunião para a apresentação da metodologia do ICMBIO e Jardim Botânico do Rio de Janeiro.
185

186 **4. Encerramento:**

187 Colocou para aprovação o calendário de reuniões para o ano de 2015, para a 58ª, 59ª e 60ª reuniões, nas datas
188 de: 24 e 25 de março, 24 e 25 de junho, e 23 e 24 de setembro. Agradeceu a presença de todos na 17ª
189 Reunião Extraordinária e encerrou a reunião.

190

191

192 **Brasília, 29 de Setembro de 2014.**